

CONTRATO n.º ¢OPERADORA¢
CONTRATO n.º TIM

**CONTRATO DE INTERCONEXÃO PARA
TRÂNSITO DE DADOS ENTRE REDES IP
QUE ENTRE SI FAZEM A TIM E A
¢OPERADORA¢**

Pelo presente instrumento:

- I. De um lado ¢OPERADORA¢, com sede na xx, n.º xx, na cidade de xx, Estado xx, inscrita no CNPJ sob o n.º xx, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, doravante denominada ¢OPERADORA¢;
- II. De outro, **TIM S.A.**, com sede na Rua Fonseca Teles, n.º 18, A30, bloco B, térreo, São Cristóvão, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.421.421/0001-11, doravante denominada **TIM**.
- III. A **TIM** e a ¢OPERADORA¢, a seguir denominadas, individualmente, Parte e, em conjunto, “Partes”.
- IV. A **TIM**, a seguir denominada como “Contratada”.
- V. A ¢OPERADORA¢, a seguir denominada como “Contratante”.

Considerando que a ¢OPERADORA¢ é Autorizada do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, conforme Termo de Autorização n.º xx – ANATEL, e mediante contrato celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Considerando que a TIM é autorizada do Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”) e autorizada do Serviço Móvel Pessoal - SMP, conforme os Termos de Autorização abaixo relacionados, e mediante contratos celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL:

TIM - AUTORIZAÇÕES SMP e SCM

Região I do PGA: Termo de Autorização n.º: 003/2010 PVCP/SPV – ANATEL;
Região II do PGA: Termo de Autorização n.º: 002/2010 PVCP/SPV – ANATEL;
Região III do PGA: Termo de Autorização n.º: 003/2001 PVCP/SPV – ANATEL;
Âmbito Nacional: Termo de Autorização n.º: 087/2003 PVST/SPV – ANATEL.

Considerando que de acordo com o Regulamento Geral de Interconexão – RGI, Art. 8º, Resolução n.º 693 - ANATEL, de 17 de julho de 2018, “*Art. 8º As prestadoras de Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo, no regime público ou privado, são obrigadas a tornar suas redes disponíveis para Interconexão quando solicitado por outras prestadoras de Serviço de Telecomunicações de interesse coletivo.*”;

Considerando que nos termos da Lei Geral de Telecomunicações - Lei n.º 9472, inciso I Art. 146, de 16 de julho de 1997, é obrigatória a interconexão entre redes na forma da regulamentação, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar-se com usuários de serviços da outra ou acessar serviços nelas disponíveis;

Têm por si e justo e acordado celebrar o presente **Contrato de Interconexão para Trânsito de Dados** (“Contrato”), no âmbito de suas respectivas autorizações outorgadas pelo poder público, que se regerá pela regulamentação aplicável e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Contrato:

- 1.1.1. estabelecer a Interconexão para Trânsito de Dados entre as Redes de Telecomunicações de suporte ao Serviço de Comunicação Multimídia – SCM que suporta a contratação do Serviço de Conexão à Internet (“Redes IP”) da TIM pela cOPERADORAç .
- 1.1.2. estabelecer condições comerciais, técnicas e jurídicas no que se refere à Interconexão para Trânsito de Dados e remuneração pelo uso das Redes IP da Contratante.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente Contrato os seguintes Anexos, rubricados pelas Partes:

Anexo 1 – Definições

Anexo 2 – Condições de Compartilhamento de Infraestrutura para Interconexão

- Apêndice A – Condições para Acesso, Circulação e Permanência nas Instalações Compartilhadas
- Apêndice B – Procedimentos Operacionais e Padrão de Qualidade Relativo a Infraestrutura Compartilhada
- Apêndice C – Formulário de Solicitação de Compartilhamento de Infraestrutura para Interconexão
- Apêndice D – Formulário de Autorização de Cessão ou Alteração da Infraestrutura Solicitada
- Apêndice E – Formulário do Termo de Aceitação da Infraestrutura

Anexo 3 – Solicitação e Provimento da Interconexão

- APÊNDICE A - Formulário de Solicitação de Serviço – Página 1
- APÊNDICE B - Formulário de Solicitação de Serviço – Página 2

Anexo 4 – Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão

Apêndice A –Reunião de *Kickoff*

Anexo 5 – Testes Relativos à Interconexão e Especificações Técnicas

Anexo 6 – Tratamento Conjunto de Combate e Prevenção a Fraude

Anexo 7 – Confidencialidade

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 3.1.** Prover interfaces digitais para a interconexão com a rede da outra Parte, propiciando a interconectividade e a interoperabilidade nos respectivos POI ou PPI, de acordo com o encaminhamento, especificações técnicas, quantidades e prazos acordados no Anexo 4 e seus Apêndices, decorrentes de Solicitações de Interconexão e do PTI.
- 3.2.** Comunicar, formalmente, por escrito, eventuais alterações programadas na sua rede que possam afetar serviços prestados e relacionados à interconexão objeto do presente Contrato, ou a rede da outra Parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou outro prazo acordado entre as Partes, contados a partir da data prevista para sua efetivação. Este aviso deve ser através do envio de e-mail para um endereço eletrônico específico. Este endereço eletrônico será definido pelas Partes.
- 3.3.** Informar à outra Parte, sobre quaisquer falhas, ou defeitos ou interrupções na sua rede e nos circuitos de interconexão, que possam nela causar impacto significativo ou nos serviços a ela relacionados.
- 3.4.** Estabelecer, de comum acordo com a outra Parte, eventuais interrupções programadas em sua rede que possam causar impacto nos serviços a ela relacionados.
- 3.5.** Realizar testes sistêmicos em conjunto, quando solicitado pela outra Parte, não podendo sua realização ser negada injustificadamente.
- 3.6.** Executar, em conjunto, os testes sistêmicos necessários à ativação ou ampliação das rotas de interconexão das redes das Partes, conforme Anexo 5.
- 3.7.** Manter as licenças emitidas pelo Órgão Regulador e relativas aos equipamentos utilizados na presente Interconexão, no ambiente de instalação dos mesmos, conforme definido na regulamentação pertinente. O descumprimento do disposto neste item sujeitará a Parte responsável, às suas exclusivas expensas, ao pagamento de qualquer multa ou penalidade eventualmente imposta à outra Parte pelo descumprimento de tal obrigação.
- 3.8.** Garantir que seus equipamentos e instalações, em cada ponto de interconexão, estejam, a qualquer tempo, em conformidade com as normas e regulamentação vigentes e os requisitos técnicos especificados neste Contrato e em seus Anexos.
- 3.9.** Manter a infraestrutura necessária para efetuar a prestação do serviço de trânsito de dados;
- 3.10.** Disponibilizar, operar e manter os MTIIP de sua responsabilidade;
- 3.11.** Reparar quaisquer interrupções do serviço contratado na rede da Contratada, objeto desta Interconexão, nos prazos de reparo estabelecidos na ORPA de Interconexão de Trânsito de Dados, a partir do início da interrupção.
- 3.12.** Responsabilizar-se perante a ANATEL pelas sanções e penalidades que lhe forem eventualmente impostas em decorrência do encaminhamento do tráfego originado

ou cursado por meio de sua rede e, não previsto ou em desacordo com este Contrato,

- 3.13.** Responsabilizar-se perante a ANATEL pelos dados pertinentes à interconexão da sua rede a rede da outra Parte.
- 3.14.** Dar tratamento não discriminatório à Contratada em relação a outras prestadoras de serviços de telecomunicações no provimento da Interconexão, na forma da regulamentação.
- 3.15.** Operar a sua rede sem causar prejuízos à Contratante encaminhando somente o tráfego autorizado nos termos deste Contrato, assumindo, inclusive, as responsabilidades pecuniárias decorrentes das sanções pela infração a este item.
- 3.16.** As Partes se comprometem em apresentar o presente Contrato para homologação da ANATEL no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO ÀS NOVAS CONDIÇÕES HOMOLOGADAS

- 4.1.** A partir da homologação da ORPA – bem como o presente contrato e seus anexos –, a contratante tem direitos às suas novas condições.
- 4.2.** No exercício do direito de adesão, o contrato legado será adequado às novas condições homologadas, inclusive o prazo de vigência, sendo mantidas as partes, o objeto e o volume originalmente contratado.
- 4.3.** Caso o contrato vigente possua condições de desconto, a Contratada poderá cobrar o valor equivalente ao desconto concedido até o dia da solicitação da adesão às novas condições homologadas
- 4.4.** A multa rescisória ou cláusula penal prevista no contrato não é aplicável no caso de exercício do direito de adesão previsto item 4.2.
- 4.5.** Poderá ser pactuado novo relacionamento contratual observadas as condições da Oferta de Referência a ela vinculada, desde que não coincida com o objeto do contrato legado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PROVIMENTO DE INTERCONEXÃO

- 5.1.** A Interconexão objeto deste Contrato será provida através de critérios de planejamento contínuo e integrado, com o objetivo de se obter adequado grau de serviço, otimização do encaminhamento de tráfego e dos custos das Rotas de Interconexão, de acordo com o estabelecido no Anexo 5 deste Contrato.
 - 5.1.1.** A identificação dos Pontos de Interconexão e o dimensionamento das rotas da interconexão serão efetuados com base nas informações do Planejamento Técnico Integrado - PTI previstas no Anexo 4 deste Contrato e com base no serviço de Interconexão de Trânsito de Dados contratado.
- 5.2.** A OPERADORA poderá contratar novas Interconexões não previstas no Planejamento Técnico Integrado - PTI, bem como alterações nas Interconexões existentes, conforme disposto no Anexo 3 deste Contrato.

5.3. Sempre que uma das Partes identificar a necessidade de estabelecer Interconexão com um POI ou PPI da outra Parte não relacionado no Anexo 4 deste Contrato, poderá contratar uma nova Interconexão, desde que oferecida na ORPA de Interconexão de Trânsito de Dados, nos termos do Anexo 3.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES EM QUE A INTERCONEXÃO SERÁ PROVIDA

6.1. As solicitações de contratação de interconexão à rede, bem como os procedimentos para o seu provimento devem obedecer ao disposto no Anexo 3.

6.2. Os Pontos de Interconexão (POI) ou Pontos de Presença de Interconexão (PPI) da rede de cada Parte se constituirão nos elementos demarcadores dos limites, no âmbito de suas redes, para o estabelecimento dos deveres e obrigações de cada Parte.

6.3. A interconexão objeto deste Contrato será provida por meio de critérios de planejamento integrado, com o objetivo de se obter adequado grau de serviço, otimização do encaminhamento de tráfego e dos custos das rotas de interconexão, de acordo com o Anexo 4.

6.4. Os procedimentos relativos ao Planejamento Técnico Integrado (PTI) encontram-se previstos no Anexo 4;

6.4.1. O detalhamento do projeto de interconexão, compreendendo a identificação e a quantidade de POI e de PPI, a especificação e o dimensionamento das rotas de interconexão e da rede de sinalização, bem como os encaminhamentos definidos e acordados neste Contrato, encontra-se especificados no Anexo 4 e seus Apêndices;

6.4.2. Todas as modificações no Anexo 4 e em seus Apêndices, derivadas de reuniões de PTI, deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual;

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS

7.1. A remuneração da Interconexão existente entre as Partes seguirá os valores estabelecidos na ORPA de Interconexão de Trânsito de Dados e contratados através do Formulário de Requisição de Serviço (apêndice A do Anexo 3 deste Contrato).

7.2. Cada Parte será responsável pelo recolhimento dos respectivos tributos e encargos, incidentes e relativos ao objeto do presente Contrato, na qualidade de responsável tributário segundo estabelecido na legislação vigente.

7.3. Na hipótese da criação de novos tributos, tarifas, taxas, encargos, contribuições fiscais ou parafiscais, previdenciárias ou trabalhistas, e ainda se forem modificadas as alíquotas dos tributos em vigor, ou se for dada nova interpretação pelo fisco à arrecadação de tributos, ou se, de qualquer forma, forem majorados ou diminuídos os ônus da TIM, os valores da remuneração serão revisados, de modo a refletirem tais modificações.

- 7.4.** O valor a ser pago, pelo(s) Serviço(s) prestado(s) durante o mês de ativação ou desativação dos mesmos, será calculado pro rata ao número de dias referente ao mês em que o(s) Serviço(s) estiver(em) em operação, sendo certo que tal mês, para efeito de cálculo, terá sempre a duração de 30 (trinta) dias.
- 7.5.** O início do faturamento do(s) Serviço(s) corresponderá à data de ativação comercial da interconexão pela TIM.
- 7.6.** A Fatura, enviada pela TIM a OPERADORA no local previamente designado no Formulário de Solicitação de Serviço deverá ser quitada pela OPERADORA até a sua respectiva data de vencimento, devendo a Fatura ser enviada pela TIM com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da sua data de vencimento.
- 7.7.** As reclamações da OPERADORA relativas à eventual entrega da Fatura em prazo diverso ao estabelecido acima, somente serão consideradas se efetuadas com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do seu vencimento, ficando desde já ajustado que tal reclamação deverá ser efetuada por meio da Central de Atendimento ao Cliente, através dos contatos da cláusula 1.4 do Anexo 5 deste Contrato.
- 7.8.** O Preço de Referência ("PR") contratado descrito no Formulário de Requisição de Serviço (apêndice A do Anexo 3 deste Contrato) será reajustado anualmente com base na seguinte fórmula:
- PR reajustado = PR atual * (1 + i), Onde:
- i = Índice IST (Índice Setorial de Telecomunicações) dos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste. Se este índice vier a ser extinto, deverá ser respeitado o que vier a ser estabelecido pela Anatel.
- 7.9.** Os Documentos de Cobrança também poderão incluir cobranças retroativas de períodos anteriores, para débitos ou créditos oriundos de cobranças incorretas ou incompletas, desde que referentes a períodos inferiores a 90 (noventa) dias da data da cobrança.
- 7.10.** As Partes manterão arquivados todos os registros de detalhes de cobrança realizadas por um período de tempo conforme exigências legais, normativas ou regulamentares.
- 7.11.** A Parte devedora poderá contestar os valores apresentados no Documento de Cobrança, em até 01 (um) mês após a sua apresentação, informando por escrito os motivos da contestação.
- 7.11.1.** As Partes acordam que se a apresentação da contestação do Documento de Cobrança for realizada até a data de seu vencimento, a Parte devedora deverá efetuar, no mínimo, o pagamento da parte incontroversa. Do contrário, o pagamento deverá ser integral.
- 7.11.2.** O prazo para análise da contestação pela Parte credora é de até 60 (sessenta) dias a partir da apresentação da contestação.

7.11.3. Uma vez solucionada a controvérsia, o acerto de contas será realizado dentro de 10 (dez) dias a contar da data da solução.

7.11.4. Se o valor total apurado e consensado como devido, após análise da contestação, exceder os valores já pagos pela Parte devedora à Parte credora, a Parte devedora pagará a diferença entre o valor já pago e o valor total consensado como devido, adicionada de atualização monetária calculada pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas – FGV e multa moratória de 2% (dois por cento), sem imposição de juros ou outro acréscimo.

7.11.4.1. Esta atualização monetária deverá ser *Pro Rata Tempore*, considerando o período desde o dia do vencimento do Documento de Cobrança contestado pela Parte devedora até o dia do pagamento do valor controverso tido como devido.

7.11.5. Se o valor total apurado e tido como devido, após análise da contestação, for inferior ao valor já pago pela Parte devedora à Parte credora, a Parte credora deverá restituir à Parte devedora a diferença entre o valor já pago e o valor total consensado como devido, adicionada de atualização monetária calculada pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da FGV e multa moratória de 2% (dois por cento), sem imposição de juros ou outro acréscimo.

7.11.5.1. Esta atualização monetária deverá ser *Pro Rata Tempore*, considerando o período desde o dia do pagamento efetivo do Documento de Cobrança contestado, efetuado pela Parte Devedora, até o dia da devolução, pela Parte credora, do valor da referida diferença.

7.11.6. Na ocorrência de tráfego identificado como fraude, a Parte titular da receita de público não será devedor de remuneração pelo uso da rede da outra Parte envolvida nestas chamadas.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Caso incidam as retenções na fonte do ISS, PIS, COFINS, CSSL e IR, a CREDORA deverá destacar os valores na nota fiscal, e a DEVEDORA efetuará a retenção dos valores equivalentes aos respectivos tributos, providenciando, nos termos da Lei n.º 10.833/2003, Lei n.º 10.637/03 e Lei Complementar n.º 116/03, o recolhimento junto ao órgão competente.

8.2. O não pagamento da Fatura até a data do seu vencimento sujeitará a DEVEDORA, independentemente de qualquer aviso, sem prejuízo das exigibilidades pecuniárias cabíveis, à aplicação das seguintes penalidades e encargos:

(a) 2% (dois por cento) de multa sobre o débito original;

(b) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o débito original, calculados pro rata die até a efetiva liquidação do débito total;

(c) atualização dos valores em atraso pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGPD-I”), da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que venha a substituí-lo, até a data da efetiva liquidação do débito total.

(d) suspensão parcial do(s) Serviço(s), caracterizada pela redução de velocidade para 10% da capacidade contratada em cada circuito, após transcorridos 15 (quinze) dias da notificação de existência de débito vencido. Transcorridos 30 (trinta) dias do início da suspensão parcial, a ¢OPERADORA¢ poderá ter suspenso totalmente o provimento do serviço, a exclusivo critério da TIM. O restabelecimento do(s) Serviço(s), em até 24 (vinte e quatro) horas, ficará condicionado à confirmação do pagamento do valor integral da Fatura em atraso, com acréscimo dos encargos moratórios e penalidades estabelecidas nesta Cláusula; e

(e) cancelamento do(s) Serviço(s) e rescisão do presente Contrato, a critério da TIM, caso a inadimplência por parte da ¢OPERADORA¢ não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da Fatura, e não tenha havido contestação na forma estabelecida neste Contrato, sem prejuízo da cobrança das sanções previstas neste instrumento e das eventuais perdas e danos cabíveis na forma da lei.

9. CLÁUSULA NONA – DO PROVIMENTO DOS MEIOS DE TRANSMISSÃO PARA A INTERCONEXÃO DE REDES IP

9.1. A TIM entregará o serviço através de uma porta Ethernet dedicada no POP TIM. Para acessar este serviço, a TIM disponibilizará como infraestrutura uma caixa de emenda externa a este endereço, onde a ¢OPERADORA¢ deverá se conectar, seguindo os requisitos técnicos da cláusula 6 do Anexo 5 deste Contrato.

9.2. Caso seja do interesse da ¢OPERADORA¢ a contratação do trecho de última milha local com a TIM, este poderá ser avaliado, sendo objeto de um Projeto Especial caracterizado por uma contratação adicional.

9.3. Caso a TIM seja detentora do POP, isto é, proprietária física do site, permitirá, nos municípios onde é considerada com PMS, a instalação de equipamentos da ¢OPERADORA¢ que sejam necessários exclusivamente para conexão do serviço (s) contratado (s) sem ônus adicionais, onde será prestado o Serviço de Interconexão para Trânsito de Dados

9.4. Caso a TIM não seja detentora do POP, isto é, não seja proprietária física do site, irá disponibilizar, como infraestrutura, uma caixa de emenda externa a este endereço, onde a ¢OPERADORA¢ deverá se conectar, seguindo os requisitos técnicos e diagrama da cláusula 6 do Anexo 5 deste Contrato.

9.5. A TIM não poderá prover compartilhamento de infraestrutura nos POPs onde não seja a detentora do site. Neste caso, a ¢OPERADORA¢ deverá contratar o compartilhamento de espaço diretamente com o proprietário físico do site e deverá ter condições comerciais específicas, tratados em instrumento próprio, não vinculadas a esse Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA

- 10.1.** Os processos, condições comerciais e técnicas relativas ao fornecimento de Compartilhamento de Infraestrutura por uma Parte (“Parte Cedente”) à outra para uso de interconexão entre as redes das Partes encontram-se descritos no Anexo 2.
- 10.2.** Uma vez aprovado pela Parte Cedente, o documento previsto no Anexo 2 – “Apêndice E – Formulário do Termo de Aceitação da Infraestrutura”, se configura como registro da infraestrutura compartilhada para fins de interconexão.
- 10.3.** As cláusulas 10.1 e 10.2 descritas acima, são aplicáveis somente nos cenários onde a TIM é proprietária do site.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO DE PREVENÇÃO À FRAUDE

- 11.1.** As Partes reconhecem que as informações que vierem a ser trocadas poderão ser restringidas pela regulamentação e pela legislação aplicável.
- 11.2.** As Partes definirão os critérios de antifraude que serão implementados nos seus próprios sistemas.
- 11.3.** As Partes deverão cumprir os procedimentos de prevenção a fraude nos termos definidos no Anexo 6.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO E QUALIDADE DA INTERCONEXÃO

- 12.1.** Os procedimentos e condições técnicas relativas à implementação e qualidade da interconexão acordadas entre as Partes, encontram-se discriminados no Anexo 5.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES

- 13.1.** Qualquer pagamento não efetivado sujeitará a Parte inadimplente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do que se segue:
- 13.1.1.** Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o débito original, devida uma única vez, no dia seguinte ao do vencimento;
- 13.1.2.** Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o débito original, calculado pro rata die, do dia seguinte a data do vencimento do documento de cobrança, até a data da efetiva liquidação do débito;
- 13.2.** Na hipótese de aplicação das sanções previstas nesta Cláusula, não caberá à Parte prejudicada qualquer indenização adicional sendo que a responsabilidade de cada uma das Partes perante a outra, limitar-se-á aos danos diretos efetivamente causados por ela à outra Parte, excluindo-se eventuais lucros cessantes, perda de receita e danos.

13.3. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, cada uma das Partes poderá requerer à outra, o reembolso do valor de multas que eventualmente for obrigada a pagar ao Poder Concedente pelo não cumprimento de suas obrigações previstas nas suas respectivas Outorgas/Autorizações e na regulamentação vigente, na hipótese de comprovação de dolo ou culpa exclusiva da outra Parte.

13.4. Em consonância com as disposições contidas na Seção V do Capítulo III do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 693, de 17 de julho de 2018, a interconexão poderá ser suspensa parcial ou totalmente e, em caso de manutenção destas condições, importar na interrupção da mesma e na consequente desmobilização de ativos, nas hipóteses previstas na regulamentação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS NOTIFICAÇÕES E RESPONSÁVEIS DO CONTRATO

14.1. Todas as notificações, relatórios e outros comunicados relacionados a este Contrato devem ser efetuados por escrito e encaminhados pessoalmente, ou remetidos mediante fax ou serviços postais com comprovação de recebimento, sendo considerados recebidos na data de sua entrega ao destinatário.

14.1.1. A fim de agilizar a comunicação acima, as Partes aceitarão, como documentos originais, os enviados via fax ou e-mail. Entretanto, cada uma das Partes deverá, posteriormente, enviar os documentos originais assinados em até 05 (cinco) dias úteis.

14.1.2. As notificações enviadas por fax devem ser consideradas recebidas quando a Parte que enviá-las tiver em sua posse o comprovante de transmissão emitido pelo aparelho indicando que a transmissão de todas as páginas foi feita para o número de fax informado pelas Partes, em dia útil e, em horário comercial.

14.2. As Partes devem indicar os seus respectivos responsáveis e endereços para notificações e entrega de correspondências, em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura deste Contrato, os quais serão os Responsáveis Operacionais e os pontos de contato entre as Partes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

15.1. Os direitos de propriedade intelectual e industrial das obras criadas, desenvolvidas ou modificadas durante a vigência deste Contrato permanecerão como propriedade individual de cada uma das Partes, responsável pela criação, desenvolvimento ou modificação.

15.2. Nenhum direito de propriedade intelectual e industrial atualmente existente, ou que venha a ser adquirido ou licenciado por uma Parte, será outorgado à outra Parte, com exceção de eventuais licenças de uso, que prescindirão de acordo expresso entre as Partes.

15.2.1. Cada Parte será responsável, sem nenhum custo adicional à outra Parte,

pela obtenção das licenças relativas à propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros usadas para o cumprimento de suas respectivas obrigações neste Contrato.

15.3. Salvo autorização expressa em contrário, nenhuma Parte poderá publicar ou usar logotipo, marcas e patentes registradas pela outra Parte.

15.4. As marcas registradas por qualquer das Partes para identificar seus produtos e serviços, bem como os logotipos registrados pelas Partes são de propriedade de cada uma delas.

15.5. As Partes não poderão produzir, publicar ou distribuir folheto de divulgação ou qualquer outra publicação relativa à outra Parte, às suas coligadas ou a este Contrato, sem autorização prévia, por escrito, da outra Parte.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Contrato representa o total entendimento entre as Partes em relação à matéria aqui tratada, devendo prevalecer sobre quaisquer outros entendimentos pretéritos sobre a mesma matéria, sejam estes verbais ou escritos.

16.1.1. Os prazos e condições aqui firmados se aplicam a todos os Anexos, salvo disposição em contrário.

16.1.2. No caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um dos seus Anexos, deverá prevalecer o Contrato.

16.1.3. Outros acordos poderão vir a ser firmados pelas Partes para possibilitar o perfeito cumprimento do presente Contrato. Nenhuma disposição deste Contrato deve ser interpretada de forma a objetivar, direta ou indiretamente, a concessão de qualquer direito, recurso ou reclamação, sob qualquer pretexto, a terceiros.

16.2. O presente Contrato e seus Anexos prevalecerão sobre quaisquer outros documentos que possam vir a ser criados por uma das Partes, a menos que acordo escrito entre as Partes os altere ou revogue, no todo ou em Parte.

16.2.1. Toda e qualquer alteração deste Contrato ou de seus Anexos deverá ser sempre formalizada por meio de aditivo contratual assinado pelos representantes legais das Partes.

16.3. As Partes envidarão seus melhores esforços para prevenir e solucionar o uso fraudulento dos serviços da outra Parte relacionados à Interconexão.

16.3.1. As Partes reconhecem e acordam que devem compartilhar toda e qualquer informação relacionada à presente Interconexão e que vise assegurar a utilização de suas redes de modo eficiente e protegida contra fraudes no fornecimento dos serviços de telecomunicações aos assinantes e usuários de seus serviços.

16.4. Todas as obrigações aqui assumidas estão sujeitas à emissão e manutenção de todas as licenças, registros, aprovações governamentais ou quaisquer outros

documentos que sejam necessários para a execução de suas atividades, nos termos da legislação aplicável.

- 16.4.1.** A responsabilidade e ônus para a obtenção e conservação da validade de tais registros, licenças e aprovações serão da Parte que tenha a obrigação de obter os registros, licenças e aprovações.
- 16.5.** Para o encaminhamento de tráfego a ser cursado por meio dos POI e/ou PPI da rede das Partes, terminado na rede de outras prestadoras e não previsto neste Contrato, será necessária a celebração de contrato específico, por ocasião da ativação do serviço, conforme o caso.
- 16.6.** As disposições do presente Contrato se aplicam a quaisquer alterações que venham a ocorrer na interconexão, inclusive as advindas do Planejamento Técnico Integrado, conforme Anexo.
- 16.6.1.** Não obstante as disposições do item acima, fica ressalvado que todas as modificações ao Anexo 4 e seus Apêndices, deverão ser registradas por meio de Ata de Reunião de PTI - Planejamento Técnico Integrado, devidamente assinada pelos representantes técnicos das Partes e posteriormente incluídas no Contrato por meio de termo Aditivo, observando-se as condições e prazos regulamentares.
- 16.7.** Nenhuma disposição no presente instrumento será interpretada de modo a colocar as Partes em relação de sócias, associadas, consorciadas, comodatárias, empreendedoras em comum, com vínculo empregatício ou de responsabilidade solidária ou conjunta, assim como nenhuma das Partes terá direito de prestar garantia ou fazer qualquer declaração em nome da outra, obrigando-a ou vinculando-a exceto quanto ao pactuado neste Contrato.
- 16.8.** Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente Contrato venham a ser declaradas nulas ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará o restante do Contrato que, permanecerá com plena eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.
- 16.9.** As Partes reconhecem que permanecerão gerenciando seus negócios e ativos de forma independente, não implicando este Contrato nenhum vínculo de caráter societário, associativo, joint venture, operacional, gerencial, trabalhista, previdenciário, ou de qualquer outra natureza entre as Partes.
- 16.10.** Cada Parte declara e garante à outra Parte que obteve as permissões, as autorizações e as licenças governamentais, ou de qualquer outra natureza, exigidas para a assinatura e cumprimento deste Contrato.
- 16.11.** As Partes têm ciência de que o presente contrato de interconexão não somente é parte integrante, mas também atesta que os termos do presente são idênticos àqueles constantes das minutas constantes da Oferta Pública de Interconexão ou Oferta de Referência de Produto de Atacado homologada pela ANATEL em XX/XX/201X por meio do Despacho n.º XXXX.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

- 17.1.** As Partes deverão cumprir as obrigações aqui estabelecidas com o mesmo empenho, cuidado e diligência que normalmente utilizam em seus próprios negócios.
- 17.2.** A Parte que comprovadamente causar danos materiais diretos às instalações e equipamentos da outra, especialmente nas fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação dos equipamentos referentes aos meios de transmissão para interligação da interconexão de sua responsabilidade, será responsável pelo ressarcimento desses danos, limitado ao valor de reposição dos equipamentos e reparo das instalações comprovadamente danificadas.
- 17.3.** Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 17.3.1.** A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 17.3.2.** Cessados os efeitos de caso fortuito ou de força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.
- 17.3.3.** Se a ocorrência do caso fortuito ou de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, a Parte afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.
- 17.4.** Cada uma das Partes assume total responsabilidade como única empregadora, devendo para tanto cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas, tais como: salário, benefícios sociais, gratificações, encargos sociais e previdenciários, indenizações e quaisquer outros direitos trabalhistas, bem como outras despesas como diárias, transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados ou agentes, não persistindo qualquer tipo de solidariedade ou subsidiariedade trabalhista entre elas.
- 17.5.** As Partes acordam que sobre os valores devidos em função do objeto do presente Contrato não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas Partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE

- 18.1.** Todas as informações de propriedade das Partes, relacionadas a este Contrato, ou ainda adquiridas em seu curso, reveladas por uma Parte (“Parte Reveladora”) à outra (“Parte Receptora”), consideradas Informações Confidenciais, estão reguladas pelo Anexo 7, devendo ser observados também os termos abaixo.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS REVISÕES E ALTERAÇÕES

19.1. O presente Contrato poderá ser revisto, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer das Partes, e de comum acordo, mediante termo aditivo firmado pelos representantes legais das Partes.

19.1.1. Nenhuma das Partes poderá se escusar da obrigação de proceder à análise da solicitação de alteração apresentada pela outra Parte.

19.2. Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, caso ocorram, a qualquer tempo, modificações na legislação aplicável ou nas condições da concessão ou autorização de qualquer das Partes e tais alterações tenham repercussões neste Contrato, o mesmo deverá ser aditado pelas Partes, no que couber.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VIGÊNCIA

20.1. O prazo deste Contrato (o “Prazo”) se iniciará na data da sua assinatura e, exceto se vencido antecipadamente, permanecerá em vigor enquanto viger cada Formulário de Solicitação do Serviço individualmente celebrado entre as Partes. O Prazo se extinguirá no primeiro dia em que não haja mais nenhum Formulário de Solicitação do Serviço vigente.

20.2. O prazo contratual mínimo oferecido pela TIM para Interconexão de Trânsito de Dados é de 12 (doze) meses.

20.3. O Formulário de Solicitação do Serviço, que será parte integrante do Contrato, designará o prazo aplicável para cada Serviço contratado, sendo certo que o início do prazo referido deverá sempre corresponder à data de ativação comercial do(s) Serviço(s). Uma vez esgotado o prazo aplicável ao Serviço, sem a sua renovação, o Formulário de Solicitação do Serviço será extinto.

20.4. As alterações na prestação do(s) Serviço(s) contratado(s), por solicitação da OPERADORA, que envolva(m) mudanças na configuração do(s) referido(s) Serviço(s), dependerão de análise prévia de viabilidade e poderão implicar em alterações dos valores a serem pagos pela OPERADORA, sendo certo que tais alterações deverão ser objeto de um novo Formulário de Solicitação do Serviço para o qual a OPERADORA deverá formalizar o seu aceite.

20.5. Na hipótese de contratação adicional ou renegociação do(s) Serviço(s) contratado(s), a vigência, para tal(is) contratação(ões), se iniciará de acordo com a data estipulada no respectivo instrumento da celebração.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO, DENÚNCIA E PENALIDADES

21.1. O presente Contrato poderá ser denunciado unilateralmente, na forma abaixo determinada:

(a) pela OPERADORA a qualquer momento, através de solicitação por e-mail para a Central de Atendimento informado na cláusula 1.4 do Anexo 5 deste Contrato ou por envio de correspondência registrada ou ainda mediante envio de notificação, por escrito, à TIM. O cancelamento antecipado ao prazo contratual de permanência do serviço, sujeitará a OPERADORA o pagamento de multa referente a 30% (trinta por cento) do valor total das parcelas vincendas.

(b) pela TIM, nos casos em que, decorrido o prazo inicial de contratação estipulado no Formulário de Solicitação do Serviço, as Partes não cheguem a um acordo sobre novas condições comerciais para que o equilíbrio econômico-financeiro da contratação seja mantido. Neste caso, será, devido pela CONTRATANTE os valores a título de taxa de instalação, que consta no formulário de contratação de serviços.

21.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações e responsabilidades constantes do presente instrumento e, em especial, dos pagamentos e penalidades aqui previstos, mediante a ocorrência de um ou mais dos seguintes acontecimentos:

(a) declaração judicial de insolvência, falência, ou liquidação judicial de qualquer das Partes;

(b) atraso da OPERADORA nos pagamentos devidos em virtude deste Contrato por prazo superior a 30 (trinta) dias, caso não tenha havido contestação por parte do mesmo, na forma prevista neste Contrato;

(c) rescisão promovida pela TIM, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, quando caracterizado o uso indevido, ilegal ou fraudulento do(s) Serviço(s) pela OPERADORA estando a TIM isenta de qualquer responsabilidade neste caso; e

(d) rescisão promovida por qualquer das Partes no caso de descumprimento contratual, desde que a Parte adimplente notifique a outra Parte, por escrito, da ocorrência de tal descumprimento, e este não seja sanado dentro do prazo de 30 (trinta) dias ou em outro prazo a ser acordado pelas Partes, contados da data do recebimento da notificação correlata.

21.3. a utilização indevida do(s) Serviço(s) contratado(s) de forma a configurar quaisquer das hipóteses previstas nos §§1º e 2º do artigo 3º do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, aprovado pela Resolução nº 614 da Anatel, em especial o encaminhamento por meio de rede privada ("Serviço SCM") de tráfego telefônico cuja origem e destino da chamada, simultaneamente, encontrem-se na Rede Pública de Telefonia ("Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC"), ensejará a imediata rescisão deste Contrato, por culpa da OPERADORA, devendo o mesmo ressarcir à TIM os valores referentes a todas as despesas incorridas por esta com o cancelamento e a desinstalação do(s) Serviço(s).

21.4. O cancelamento de qualquer dos serviços contratados ou de qualquer dos circuitos integrantes dos serviços não importará no cancelamento de qualquer outro serviço, ou circuito, ainda em vigor, bem como não afetará a validade do Contrato.

21.5. Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, a TIM poderá rescindir o presente Contrato nos casos de utilização do(s) Serviço(s) pela OPERADORA, de forma fraudulenta ou com o propósito de lesar terceiros ou a própria TIM. Durante a apuração desses fatos, a TIM terá o direito de suspender a prestação do(s) Serviço(s). Em qualquer hipótese, a OPERADORA, fica obrigada a pagar pelo(s) Serviço(s) prestado até a data da sua efetiva interrupção.

21.6. O término do Contrato não eximirá a OPERADORA, do pagamento das notas fiscais/faturas eventualmente pendentes de quitação, devidas em

decorrência do(s) Serviço(s) prestado(s) e não pago(s).

21.7.A TIM reserva-se ainda, ao direito de rescindir o presente Contrato, unilateralmente e sem quaisquer ônus, caso seja constatada irregularidade na utilização do(s) Serviço(s) prestados, de acordo com as previsões deste ato e da regulamentação em vigor, bem como a prática de atos criminosos, notadamente em se tratando de fraudes, de crimes contra crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação aplicável a espécie.

21.8.A rescisão não prejudica a exigibilidade dos encargos decorrentes do Contrato.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

22.1.As Partes empreenderão seus melhores esforços no sentido de dirimir quaisquer conflitos de interesses que possam surgir em decorrência da execução deste Contrato.

22.2.As Partes deverão solucionar suas controvérsias conforme os seguintes procedimentos:

22.2.1.Os Representantes Operacionais da Parte insatisfeita deverão expor a controvérsia por escrito para seus correspondentes da outra Parte;

22.2.2.Se a controvérsia não for solucionada nos 10 (dez) dias úteis subsequentes, ou em outro prazo acordado pelos Representantes Operacionais, a questão deverá ser imediatamente encaminhada, por escrito, aos representantes legais das Partes;

22.2.3.Se a controvérsia não for resolvida nos 10 (dez) dias úteis subsequentes à sua apresentação aos representantes legais das Partes, ou em outro prazo acordado por eles, as Partes poderão adotar os procedimentos de arbitragem da ANATEL, conforme disposto na regulamentação.

22.3.A solução de conflitos relativos à contestação de valores de remuneração de redes será submetida aos procedimentos definidos no item 7 do presente Contrato.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA TOLERÂNCIA

23.1.Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a renúncia ou abstenção pelas Partes de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo Contrato, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte somente serão consideradas válidas se feitas por escrito e não serão consideradas novação, renúncias, abstenções ou concordâncias em relação a direitos ou faculdades que poderão ser exercidos no futuro.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBROGAÇÃO

24.1.O presente Instrumento obriga as Partes, seus sucessores a qualquer título, tendo automaticamente sua titularidade transferida à entidade superveniente, e eventuais

cessionários autorizados, sendo que qualquer outra alteração ou modificação contratual só terá validade mediante a celebração de termo aditivo, o qual deverá ser devidamente assinado pelos representantes legais das Partes.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ANTICORRUPÇÃO E ÉTICA NOS NEGÓCIOS

25.1. Neste ato, as PARTES declaram possuir (i) códigos próprios de conduta que contemplam as diretrizes e os princípios de comportamento ético, íntegro e transparente a que se subordinam os seus administradores, empregados e colaboradores, e (ii) programas de *compliance* que visam garantir (a) o cumprimento da legislação, códigos, regulamentos, regras, políticas e procedimentos de anticorrupção de qualquer governo ou autoridade competente, considerando a jurisdição onde os negócios e serviços serão conduzidos ou realizados nos termos deste Contrato – em especial, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 8.420/2015 e a Lei dos Estados Unidos da América contra práticas de corrupção no exterior (“FCPA”) –, e (b) a identificação de desvios de conduta de seus administradores, empregados e demais colaboradores, direta ou indiretamente vinculados.

25.2. Nesse sentido, a OPERADORA declara e garante que:

25.2.1. Tem conhecimento que a CONTRATANTE pauta seus negócios e sua atuação na observância da ética e pelo desenvolvimento e crescimento sustentável, razão pela qual se compromete a respeitar e a proteger os direitos humanos, o direito do trabalho, os princípios da proteção ambiental e da luta contra todas as formas de corrupção, à luz dos princípios do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas;

25.2.2. Reconhece que estão publicados no site da CONTRATANTE os termos de seu Código de Ética e Conduta, Política Anticorrupção e de Conflito de Interesses disponíveis em <http://www.tim.com.br/ri> – Governança, Código de Ética, cujas diretrizes são amplamente divulgadas e disseminadas no âmbito da companhia, ao mercado e à sociedade;

25.2.3. Cumprirá e fará com que todos os seus empregados, subcontratados, consultores, agentes e/ou representantes que estejam relacionados ao escopo do presente Contrato, ainda que de forma indireta, cumpram o Código de Ética e de Conduta, a Política Anticorrupção e de Conflito de Interesses da CONTRATANTE, mencionado no item 25.2.2;

25.2.4. Tem conhecimento que a CONTRATANTE repudia e condena atos de corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina, em especial, os previstos na Lei nº 12.846/2013 e no “FCPA”, o financiamento ao terrorismo, o trabalho infantil, ilegal, forçado e/ou análogo ao escravo, bem como todas as formas de exploração de crianças e adolescentes e todo e qualquer ato de assédio ou discriminatório em suas relações de trabalho, inclusive na definição de remuneração, acesso a treinamento, promoções, demissões ou aposentadorias, seja em função de raça, origem étnica, nacionalidade, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência física ou mental, filiação sindical ou que atente contra (i) os direitos humanos e/ou impliquem ou resultem em torturas, físicas ou mentais; (ii) a saúde e a segurança pessoal e/ou do ambiente de trabalho; (iii) o direito de livre associação dos colaboradores, (iv) os direitos ambientais e de

sustentabilidade, e (v) a valorização da diversidade; e

25.2.5. Não foi condenada por qualquer ato lesivo à administração pública, nem foi ou está listada por qualquer governo ou agência pública (tal como Nações Unidas ou Banco Mundial) como excluída, suspensa ou está indicada para exclusão e/ou suspensão ou inelegível para programas de licitação do governo.

25.3. Considerando a responsabilidade estabelecida pelo artigo 2º da Lei nº 12.846/2013, a cOPERADORA não praticará qualquer ato lesivo previsto na referida lei - em especial, não ofereceu pagar, nem pagou, não pagará, oferecerá, prometerá ou dará, direta ou indiretamente, qualquer valor ou coisa de valor, incluindo quaisquer eventuais valores a ela pagos pela CONTRATANTE, a qualquer funcionário ou oficial de um governo, empresa ou sociedade controlada pelo governo ou de propriedade do mesmo, partido político, candidato para cargo político, ou a qualquer outra pessoa estando ciente de ou acreditando que tal valor ou item de valor será transmitido a alguém para influenciar qualquer ação, omissão ou decisão por tal pessoa ou por qualquer órgão governamental com a finalidade de obter, reter ou conduzir negócios para si e/ou para a CONTRATANTE - bem como em violação aos preceitos contidos no "FCPA", em interesse e/ou em benefício, exclusivo ou não, da CONTRATANTE.

25.3.1. Além disso, a cOPERADORA declara tomar, neste ato, conhecimento do Canal de Denúncias da TIM Participações, disponível em <http://www.tim.com.br/canal-denuncia/?origin=RI>, e se compromete a submeter ali todo e qualquer tentativa e/ou prática a que for submetido, tomar conhecimento, ou contra qual for investido que enquadre-se nas condutas descritas na Lei nº 12.846/2013 e/ou violem as normativas internas da CONTRATANTE, em especial, mas não se limitando, ao Código de Ética e Conduta, a Política Anticorrupção e de Conflito de Interesses e/ou legislações vigentes.

25.4. A CONTRATANTE poderá, independentemente de qualquer disposição contrária contida neste Contrato e mediante notificação, prévia ou não, suspender e/ou rescindir este Contrato em caso de violação de qualquer declaração e/ou garantia estabelecida na presente Cláusula.

25.4.1. A cOPERADORA indenizará e isentará a CONTRATANTE e/ou seus representantes de e contra qualquer perda, reivindicação, custo ou despesa incorrida pela CONTRATANTE e/ou seus representantes, baseadas em ou decorrentes de qualquer violação das declarações e garantias estabelecidas na presente Cláusula ou em razão de qualquer violação ao disposto na legislação supracitada decorrente de qualquer ato, ativo ou omissivo, da cOPERADORA e/ou de seus Conselheiros, diretores, funcionários e/ou representantes.

25.5. Por fim, a CONTRATANTE declara que as disposições deste Contrato foram negociadas à luz e em estrita observância ao seu Código de Ética e de Conduta e à legislação de proteção ao meio ambiente, demonstrando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, conforme Política Ambiental disponível em <http://ri.tim.com.br/> - Sobre a TIM – Sustentabilidade. Além disso, no que se refere às disposições contidas na presente Cláusula, a cOPERADORA, na qualidade de fornecedora e/ou parceira

comercial, se compromete a observar e difundir em sua cadeia de negócios os princípios e valores éticos e sociais supramencionados, bem como o de concorrência.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1. Deverá a **çOPERADORAç**, garantir que realizará o tratamento dos dados de Clientes TIM única e exclusivamente para a finalidade deste contrato, para fins de legítimo interesse e execução do Contrato com os clientes TIM para a prestação dos serviços da TIM, observados os princípios da adequação e necessidade do tratamento, sendo a **çOPERADORAç**, integral e exclusivamente responsável por qualquer violação e/ou utilização indevida dos dados e pelos prejuízos que possa vir a causar aos clientes TIM e à TIM.

26.1.1. Após cumprida a finalidade prevista no item 26.1 acima, a **çOPERADORAç**, se certificará de que os dados deverão ser eliminados da base da **çOPERADORAç**, imediatamente, garantindo a sua confidencialidade.

26.2. A **çOPERADORAç**, se compromete, ainda, a implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra a destruição accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito dos mesmos, observado as disposições do Decreto n.º 8.771/2016.

26.2.1. Os sistemas utilizados pela **çOPERADORAç**, para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos nas legislações vigentes e às demais normas regulamentares, garantindo a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem dos titulares da informação.

26.3. A **çOPERADORAç**, comunicará a TIM imediatamente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança e/ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em risco a segurança e integridade dos dados pessoais.

26.4. A **çOPERADORAç**, assegurará que seus colaboradores e ou prestadores de serviços externos por ela contratados que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto deste Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares para a finalidade da prestação de serviços pela TIM.

26.5. Caso a **çOPERADORAç**, realize o tratamento de dados em território internacional e/ou trate de informações de residentes fora do território brasileiro, deve seguir as diretrizes dos regulamentos e leis de privacidade de dados aplicáveis em seus respectivos países.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1. As Partes elegem o foro da cidade de São Paulo - SP como competente para

dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, XX de XX de 20XX.

Pela çOPERADORAç

Nome:

Nome:

Pela TIM S.A.

Nome:

Nome:

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: